

Um *Speculum* Muçulmano? Notas sobre a construção do muçulmano perfeito na obra de Ibn Khaldun (1332-1406)

Paulo Vinicius Figueiredo dos Santos*

RESUMO

Khaldun foi um estudioso de linguística e jurisprudência. O seu trabalho possuía como principal característica a análise de sistemas sociais. Começou sua vida como uma espécie de escrivão, chegando a chefe religioso e vizir no fim de sua vida. Teve contato com grandes figuras do século XIV, como Muhammad V (emir de Granada), Pedro, o Grande (rei de Castela). Teve um brevíssimo contato com Tamerlão (imperador mongol), quando este invadiu a cidade do Cairo. Seu estudo sobre a sociedade do período fornece contribuições para o entendimento do contexto da época. Este trabalho busca analisar as imagens construídas pelo autor magrebino Ibn Khaldun, em sua obra *Prolegômenos*, acerca daquilo que ele considera como o muçulmano perfeito. Isso foi realizado através de críticas feitas aos andaluzes e uma construção a partir da forma como o berbere incluía a religião em sua existência social.

Palavras-chave: Islã, Medievalismo, Identidade, Religião, Ibn Khaldun.

* * *

ABSTRACT

Khaldun was a linguistics and jurisprudence scholar and his work possessed as a main characteristic the analysis of social systems. He began his life as a sort of

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social pela Unirio, na linha de Instituições, Poder e Ciências. Professor de História vinculado ao Estado do Rio de Janeiro com pesquisas voltadas para a discussão da relação entre cristãos e muçulmanos e suas noções acerca do que é uma guerra justa. Nos próximos meses estará defendendo a tese "A idéia de guerra justa na obra Contra Fausto, o Maniqueu de Santo Agostinho". E-mail para contato: cronopolis10@gmail.com

clerk, becoming a religious chief and vizier by the end of his life. He was in contact with important personalities of the fourteenth century, such as Muhammad V (Emir of Granada), Peter the Great (king of Castile) and he had a very brief contact with Tamerlane (Mughal emperor), when the latter invaded the city of Cairo. His study about the society of the period contributes to the understanding of the context of the time. This paper tries to analyze the images constructed by the Maghreb author Ibn Khaldun in his *Prolegomena* regarding what he views as the perfect Muslim. This was done through his criticism of the Andalusian people and a construction of how the Berber included religion in his social existence.

Key-words: Islam, Medievalism, Identity, Religion, Ibn Khaldun.

* * *

RESUMÉ

Khaldun a étudié la linguistique, les jurisprudences et son travail était caractérisé par l'analyse des systèmes sociaux. Il a commencé par un travail d'écrivain public et est arrivé à chef religieux et « vizir » à la fin de sa vie. Il a été en contact avec des grands noms du XIV^e siècle, tels Mohammed V (émir de Grenade), Pierre le Grand (roi de Castille) et a eu un rapide contact avec Tamerlan (empereur mongol), quand celui ci a envahi la ville du Caire. Son étude sur la société de cette période nous fournit des éléments pour comprendre le contexte de l'époque. Ce travail vise à analyser les images construites par l'auteur magrébin Ibn Khaldun, dans son œuvre *Prolegômenos*, à propos de ce qu'il considère comme le musulman parfait. Ce fut fait à travers des critiques adressées aux andalous et une construction à partir de la forme dont le berbère incluait la religion dans son rôle social.

Mots-clés : Islam, Moyen-âge, Identité, Religion, Ibn Khaldun.



Introdução

O norte da África sempre foi um espaço de muitas interações entre diferentes povos. Isso foi verdadeiro em vários períodos da história universal. Durante a Antiguidade, Cartago era uma poderosa área de trocas comerciais. O Egito nos legou diversas contribuições importantes além de seus contatos com os gregos que chegou a influenciar o seu desenvolvimento cultural no período helenístico. Atualmente, Marrocos e Argélia estão a

poucos passos da Europa. Entretanto, este trabalho vai se debruçar sobre um momento específico, o medieval, quando poderosas dinastias estiveram na região do Magreb.

Comunidades nômades berberes dividiam espaço com árabes que tinham vindo do Oriente Médio muitos séculos antes. Estes últimos ocuparam não só a região do Magreb (que constitui os atuais países do Marrocos, da Argélia, da Líbia e da Tunísia) como também a península Ibérica até serem expulsos pelos cristãos durante os séculos XI a XIV em um movimento denominado Reconquista Cristã.

Os árabes contribuíram de forma decisiva no desenvolvimento e união das tribos berberes. Uma delas foi a de que os árabes registravam sua história de forma a legar para seus descendentes a sua memória. Bem diferente do modo berbere que era a contação de histórias passada de geração a geração. Muitos cronistas nascidos no Magreb surgirão na Idade Média e não apenas contarão histórias de seu povo como registrarão viagens a lugares distantes e suas experiências, como verdadeiros “Heródotos” de outra época.

Um desses cronistas é Ibn Khaldun, nascido em Túnis, na atual Tunísia, mas que teve seu nome conhecido na corte de Granada, na Espanha. Veremos como sua vida foi turbulenta e dedicada aos seus objetivos de aquisição de conhecimentos e aplicação de suas teorias. Este autor escreverá uma obra impressionante em tamanho, ambição e riqueza de detalhes: trata-se dos Prolegômenos (ou *Muqadimmah*, no original árabe), uma obra a qual ele levou metade de sua vida para escrever. Sua obra é até hoje reverenciada como um dos primeiros estudos sobre sociedade humana e todas as suas complexidades formativas.

A fonte primária desta obra é meramente o primeiro volume de três escritos. Este volume se encontra em português e foi traduzido por José Khoury em 1958. Um bom trabalho que conta com traduções de palavras árabes ausentes de nosso vocabulário e com comentários nas notas de rodapé. O terceiro volume também possui uma tradução, mas apenas na língua francesa, e aborda a história dos povos de origem berbere. Já o segundo volume ainda em árabe, fala da história dos povos desde a sua origem.

O que irei estudar aqui é apenas um fragmento de sua obra onde ele se dedicará aos estudos de seu próprio povo e as comunidades árabes que viviam na península Ibérica, do outro lado do Mar Mediterrâneo. Muçulmano devoto, Khaldun verá com desgosto árabes sendo expulsos da Espanha ou tendo que se sujeitar às leis cristãs. Alguns deles sendo até obrigados a

renunciar sua religião e seus costumes de forma a não serem mortos pelas autoridades cristãs. Ele considera, partindo de suas reflexões, que o que vai ocorrer na Espanha é fruto das próprias ações permissivas dos árabes que ali viviam (as quais denominarei de andaluzes, de forma a diferenciá-los e facilitar a compreensão) quando estavam no poder.

Em seu livro, ele buscará compreender os motivos que levaram a situação atual (no século XIV) dos árabes andaluzes. Partindo dessa compreensão, ele apontará os erros cometidos por eles, em alguns momentos chegando até a demonstrar certo rancor diante da "incompetência dos andaluzes". Pouco a pouco ele vai apontando esses erros e recendo alguns comentários.

Ibn Khaldun nos apresenta ainda, a sua visão do muçulmano perfeito. Através das características do credo muçulmano berbere e do que ele considera errado no comportamento andaluz, seremos capazes de reproduzir o que ele entende como tal. Não chega a ser um trecho da obra voltada especificamente para normas de conduta, mas ele vai construindo progressivamente, ao longo de toda a sua obra, um espelho daquilo que considera como o muçulmano devoto ideal. Adiante, trataremos melhor dessa ideia usando autores da área.

Este estudo será composto por três partes construídas de forma objetiva e a aparelhar da melhor maneira o leitor na compreensão do assunto. De uma forma sintética, buscarei apresentar as idéias de Ibn Khaldun, colocando-o como um guia para entender o contexto da época. O contexto histórico e intelectual que será apresentado nos mostrará um caminho iniciado no contexto geral do século XIV até chegar ao autor e suas idéias, que é o ponto final.

Na primeira parte, apresentaremos o norte da África e a península Ibérica: dois espaços em conflito separados por uma das menores extensões do Mar Mediterrâneo. O conflito entre cristãos e muçulmanos ainda está presente, apesar de caminhar em uma progressão bem menor do que nos séculos anteriores. A sociedade guerreira ibérica e berbere já não tem mais o mesmo fôlego por causa do ritmo prolongado do conflito.

A vida e obra de Khaldun será objeto de estudo a seguir. A origem de sua família, sua infância e seus primeiros estudos fazem parte de um interesse especial. Isto nos fará refletir sobre os motivos que levaram nosso autor a se tornar quem ele foi: conselheiro, juiz, estrategista, historiador. Que engrenagens o moviam e qual era seu objetivo final são perguntas fundamentais na construção de uma imagem das características de Khaldun.

O núcleo de nosso estudo se encontra no trecho final. Seu conteúdo será um pouco mais denso porque nos apresentará o modelo que Khaldun faz do muçulmano perfeito. Como este deve se portar, o que ele deve ser, que valores deve possuir e como deve tratar os membros de outras religiões são respostas as quais o autor nos oferecerá ao longo dos três tomos que constituem o seu estudo. Em certos momentos, Khaldun apresenta estas respostas de uma forma direta, mas também pode construir analogias a partir de histórias. Desse modo, ele procura construir sua argumentação, chegando algumas vezes a fazê-la por oposição, citando os fracassos dos andaluzes.

A identidade e o espelho de príncipes

O trabalho conceitual é extremamente importante neste artigo e definirá a maneira como olhamos as relações sociais. Tal fato é verdadeiro porque um dos conceitos usados aqui é o de identidade, entendido como “a forma que um indivíduo se imagina na sociedade”. Este conceito traz afirmações sobre aquilo que ele é. É uma visão de si a partir de uma afirmação positiva. Como afirma Tomaz Tadeu da Silva:

(...) A identidade é simplesmente aquilo que se é. (...) A identidade assim concebida parece ser uma positividade (“aquilo que sou”), uma característica independente, um “fato” autônomo. Numa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é auto-contida e auto-suficiente. (SILVA, 2004, p. 74)

Isso significa que a identidade constrói suas próprias características, seus símbolos, seus métodos de distinção. Agindo dessa forma a identidade traz consigo a diferença. Se um indivíduo gosta de rock, veste camisa preta e calça xadrez e em seu grupo isso é uma marca distintiva, aquele que é sambista e veste bermuda certamente destoarà do grupo. Estes poderão execrá-lo, ostracizá-lo. Dessa forma, o grupo estabelece quem faz ou não parte de seus rituais ou de seu agregado.

É preciso compreender que este sistema de identificação e diferenciação é o que mantém a comunidade coesa. Evita que haja um número muito grande de conflitos sociais, pois:

O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual

dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. (...) Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar (...) (*Idem*, p. 82)

Teremos, portanto, povos berberes e árabes coexistindo em um mesmo espaço. Porém, os atributos identificadores dessas sociedades não serão os mesmos. Por mais que ambos compartilhem de uma mesma religião e que esta fale de uma união de todos os povos muçulmanos, choques ocorrerão a partir de formas diferenciadas de se entender como indivíduos dentro de uma coletividade. Tais choques podem estar presentes em um campo de batalha ou em um âmbito discursivo.

Nesse estudo de identidade e diferença, não podemos estudar um sem sua relação com o outro. É a forma como definimos e vemos o outro, como o diferenciamos. Porque ele não faz parte de nossa comunidade. A diferença pode ser definida a partir de uma cadeia de declarações negativas sobre outras identidades.

A isso definimos como alteridade. Esta visão vem carregada de estereótipos, simbolismos ou superstições. É interessante perceber também que nunca imaginamos o outro em um patamar de igualdade: há sempre um desequilíbrio na balança. Todorov define essa relação em poucas palavras: "(...) a diferença se degrada em desigualdade; a igualdade em identidade; são essas as duas grandes figuras de relação com o outro, que delimitam seu espaço inevitável" (TODOROV, 2003, p. 212).

Khaldun, em seu discurso, se utiliza de uma argumentação forte de forma a reforçar a própria visão do berbere sobre si e descaracterizar o outro. Para isso, recorre a exemplos de emires anteriores que abandonaram os valores tradicionais ou do sucesso cristão em vista a retomar aquilo que, segundo ele, era de direito muçulmano. Mas seu discurso conterá um elemento a mais: uma visão de um muçulmano perfeito, cujas atitudes seguem perfeitamente o que Allah disse ao Profeta.

Este recurso discursivo não visa criar um livro de regras ou uma norma a ser fielmente seguida. Funciona como uma série de sugestões bem argumentadas que serve ao leitor. Dessa forma, ele consegue compreender quais atitudes são corretas diante de Allah e quais são desviantes. Os exemplos apresentados servem como uma alegoria que mostra as consequências de suas ações para a coletividade.

Temos aí uma semelhança com os escritos políticos conhecidos como "Espelhos de Príncipes". Uma literatura que existia de forma a apresentar ao rei quais as boas e más atitudes que um rei deve ter com seu reino, sua

corte e seus discípulos. Luís IX da França escreveu um a seu filho onde se utilizava do mesmo princípio argumentativo que Khaldun. Só que o rei francês buscou seus exemplos no texto bíblico enquanto que Khaldun traçou sua argumentação a partir do Corão e das *sunnah*. Jacques Le Goff nos ajuda a compreender esta idéia:

O sistema cultura da Idade Média utilizou muito a imagem do “espelho” (*speculum*). (...) Todo espelho é instrumento de verdade e nos conduz então ao mais profundo do imaginário medieval. Mas, na maioria das vezes, o espelho renuncia à sua função metafísica, teológica, para tornar-se um gênero normativo ligado ao processo de moralização, de ilustração ética, que se desenvolve no século XII e se generaliza durante a Idade Média tardia, a partir do século XIII. Todo espelho se torna exemplar. (LE GOFF, 2002, p. 360)

O objetivo de Khaldun é apresentar uma postura ética religiosa. A grande diferença aqui é que a religião islâmica está intimamente ligada à vida política e ao funcionamento da sociedade. Ou seja, ela interfere diretamente no cotidiano.

Magreb no século XIV: Sociedade e Organização Política

A região do norte da África é um caldeirão efervescente em todos os momentos de sua história. Ao longo da Idade Média, isso se dá de uma forma mais clara. As relações sociais entre os diferentes povos que formam a região determinarão os rumos a serem tomados concernentes à política interna e à externa.

Geograficamente, é a faixa territorial onde são situadas hoje a Líbia, Argélia, Marrocos e Tunísia. Manteve contatos com a Europa por toda a sua história. Desde a época de Cartago - quando chegou a dominar os mares impondo sua habilidade comercial sobre a nascente Roma - a África do Norte representou um elemento definidor na forma como as relações Europa-África e vice-versa deveriam acontecer. Não é à toa que um dos maiores inimigos da Roma republicana foi Cartago. A última batalha que derrotou definitivamente os púnicos (povos que habitavam Cartago) ocorreu na África.

O Magreb é uma região tipicamente desértica, com apenas pequenos espaços costeiros em que há locais de clima mais ameno (tropical mediterrânico) nas proximidades do Mar Mediterrâneo. A parte do Magreb que

toca o Sahel, possui clima tropical ao sul do deserto do Saara. Isso acaba tornando a sobrevivência muito complicada e os portos do Mediterrâneo formam a entrada e saída de produtos, cultura e religião na África do Norte. As atividades comerciais adotadas são o pastoreio e o comércio. Entretanto, o camelo, meio de transporte mais conhecido por nós quando se é dito algo sobre a região, só passou a ser adotado como meio de locomoção a partir da expansão árabe, entre os séculos VII e X.

A maior parte da população do Magreb era formada por berberes de hábitos nômades. Conheciam os caminhos e como funcionava a vida no deserto, e com isso formavam imensas caravanas que atravessavam longas faixas do Saara. Por este estilo de vida, acabaram por formar sociedades de caráter segmentário. Isso ocorre a partir do momento em que a identidade social é definida a partir do grupo. A chefia dessas comunidades cabia aos chefes de comunidade: homens poderosos, responsáveis pela sobrevivência, defesa e organização destes grupos.

A sociedade segmentária é um produto típico de sociedades nômades. Segundo Raymond Boudon é

(...) um tipo de organização social sem governo estável, recortado em segmentos e subsegmentos que se ressoldam segundo certas normas sociais para fazer face temporariamente a conflitos, porque um princípio de solidariedade une esses segmentos graças à existência de uma moral e rituais comuns". (BOUDON, 1990, p. 220)

Como podemos ver, o islamismo se enquadra perfeitamente em um tipo de sociedade que valoriza determinadas regras morais e valores éticos.

O cristianismo tentou se instalar nessa região durante a invasão visigótica do século IV, mas não teve o mesmo sucesso e rápida adesão do que o islamismo. Isso ocorre, porque o islamismo valoriza determinados códigos éticos aos quais a sociedade berbere já era familiarizada. Além disso, o ideal de *ummah* serviu como um catalisador para integrar melhor as caravanas nômades de berberes. O cristianismo, em sua pregação na África, mostrou-se pouco tolerante em relação às práticas religiosas das sociedades locais. Por outro lado, o islamismo soube trabalhar esse aspecto a seu favor: tolerou as práticas norte-africanas chegando até a agregar algumas características à sua doutrina. Isso em muito facilitou a conversão dos berberes, mas acabou por tornar o islamismo africano algo extremamente único.

Algumas comunidades de origem norte-africana possuem uma característica distinta: se desenvolveram afastadas dos grandes centros urbanos, devido a natureza nômade dos berberes. Algumas cidades se desenvolveram a partir de sua antiga herança como grandes mercados (algumas delas vindas dos tempos de Cartago): Fez, Túnis¹, Marrakech, Trípoli, Kairuan. Seus contatos com a Europa ocorriam a todo o momento por causa do circuito comercial formado pelas cidades italianas, do sul da Península Ibérica e as rotas transaarianas. Estas últimas ligavam o norte da África até sua região central em uma extremidade, e na outra se ligava à Ásia. Existem relatos de mercadorias vindas de regiões como China e Índia que chegavam até Fez e Trípoli.

Há certa valorização destes hábitos nômades dos berberes, como se percebe nas palavras de Ibn Khaldun:

A população da Ifríkya e do Magreb é composta por inteiro de nômades, gente que vive sob tendas e que viaja no lombo de camelos, ou então se instala no alto das montanhas. Em todos os outros países estrangeiros, toda a população, ou pelo menos a sua maior parte, habita em cidades, vilarejos e aldeias. (...) (KHALDUN, 1958, p. 233)

É possível perceber até certa estranheza nas palavras do autor de tão arraigada que essa tradição assim o era.

Uma característica interessante do poder no Magreb é que ele não emana da cidade para o campo e sim de maneira inversa. É uma maneira diferente das relações de poder na Europa onde papa e rei eram as autoridades máximas em seus respectivos campos. No Magreb, não havia ainda uma distinção tão grande entre o poder do sultão e o dos chefes locais. Cada uma das caravanas de povos berberes constituía uma comunidade por si só com uma administração feita pelo chefe de linhagem e até mesmo uma hierarquia propriamente dita, criada a partir da distribuição de tarefas. Estes chefes representavam os interesses de sua comunidade e, dependendo do tamanho da mesma, podia representar uma força a ser temida. Na Idade Média havia alguns líderes no Magreb sendo derrubados por estas comunidades, ou até mesmo assumindo o poder e formando uma nova dinastia. Yusuf I, primeiro líder da dinastia almorávida era um desses chefes.

O período entre os séculos XI e XIV é marcado pela presença constante da Reconquista. Apesar de ter sido um movimento ocorrido na Península

¹ Local de origem de Ibn Khaldun.

Ibérica, de retomada do espaço perdido para os muçulmanos e de que em nenhum momento o território norte-africano foi ameaçado, era um conflito no qual as dinastias do Magreb participaram. É preciso analisar, em primeiro lugar, que a Reconquista não é um conflito pontual, mas um longo processo de combates, alianças, vitórias e derrotas. Este vai se estender por séculos a fio e ao longo do século XIV veremos o último fôlego da dinastia merínida (reinante naquele contexto) contra a moribunda Granada.

No início do século XIV, os merínidas tomam algumas cidades importantes na costa da Espanha, como Gibraltar e Algeciras. Trata-se de importantes centros comerciais além do controle sobre a saída do Mediterrâneo, com a conquista de Gibraltar.

Para o reino cristão de Castela era interessante a presença de Granada entre as ambições merínidas. Granada representava um obstáculo que tomaria tempo e homens para desaparecer e era também uma espécie de reino vassalo. Frequentemente será possível observar a dinastia násrida, soberana em Granada, pagando pesados tributos anuais ao reino de Castela (as parias). Granada também mediava a aquisição de ouro proveniente das regiões sub-saarianas. Devemos apontar que o ouro que chegava na Europa era de origem africana e transportado através das rotas transaarianas. Castela oferecia gênero alimentícios, em troca desse ouro, pois Granada ocupava um espaço pouco propício à agricultura na Península Ibérica. Relata-nos Ibn Khaldun:

(...) Os habitantes deste país [Castela], depois de terem deixado tirar suas boas terras e suas províncias férteis pelos cristãos, se viram rechaçados para o litoral e confinados em regiões muito acidentadas, impróprias para a agricultura e pouco favoráveis à vegetação. (...) (*Idem*, p. 245)

Assim como várias dinastias berberes, os merínidas são provenientes da região ao sul das montanhas Atlas (no Marrocos), e sobem ao poder após uma longa guerra civil que tomou conta do final do século XIII. Como os almóadas (dinastia dominante neste contexto) eles não eram tolerantes acerca da presença dos andaluzes em Granada. Além de terem ambições expansionistas, os merínidas chegaram a negociar uma trégua, mas esta não perdurou por muito tempo.

Com suas conquistas, os merínidas se tornaram um problema comum para Castela e Granada. Por conta dos constantes ataques às suas fronteiras, feitas pelos exércitos castelhanos, a força militar násrida era muito frá-

gil. Negociando uma trégua por algumas décadas e um aumento no valor da paria, uma tripla aliança se formou entre Castela, Granada e Portugal. Uma derrota avassaladora esperava os merínidas na Batalha do Rio Salado. A partir daí, eles não procuraram mais empreender conquistas na costa hispânica.

Outro acontecimento deste século é a Peste Negra, que irrompe pela Europa a partir de 1348. Durante os conflitos entre a aliança násrida e os merínidas, o rei Afonso XI de Castela morreu de peste bubônica. No Magreb, os pais de Ibn Khaldun também são vitimizados pela doença. Mas o número de mortos é muito menor do que em outras regiões.

A amarga derrota imposta aos cristãos causou uma séria crise no Magreb. A administração governamental é altamente personalista, baseada no carisma pessoal. Esses governantes estavam no poder, porque eram poderosos guerreiros ou líderes natos. Quando os merínidas sobem ao poder, significa que seu poderio era maior do que o dos almóadas no século XIII:

(...) Os merínidas, de origem zanatina, atacavam o governo almohada, fizeram-lhe guerra durante trinta anos antes de lhes arrebatarem Fez e muitas províncias do império. Combateram ainda durante trinta anos, antes de tomarem a cidade de Marrocos, a capital, como se acha contado nas crônicas destas dinastias. (...) (*Idem*, p. 30)

Ao longo do século XIV outros problemas se encarregaram de complicar ainda mais o governo merínida. As cidades da Itália começam a se tornar grandes produtoras têxteis. Até aquele momento, as cidades da costa africana eram os únicos fornecedores para a Península Ibérica, mas no espaço de uma década isso foi modificado. Veneza e Florença assumiram este mercado e as compras de tecidos do Magreb decaíram sensivelmente.

O início do projeto das Grandes Navegações² também mudou a dinâmica econômica. Já não tão dependentes dos mercados próximos, as nações européias em ascensão, como Portugal e Espanha, buscaram seu ouro diretamente na costa africana. O contato de portugueses e espanhóis com os navegadores italianos causou um forte desenvolvimento das técnicas de navegação. Além disso, as mudanças na arte da guerra como o uso da pólvora, deixou os merínidas na contra-mão da modernidade.

² Movimento de expansão marítima iniciada a partir do século XV cujo objetivo foi o de descobrir novos espaços econômicos para os países europeus. Com esse movimento houve a expansão para a costa africana e para as Américas.

Por causa da Reconquista Cristã houve também um intenso fluxo de árabes andaluzes para o Magreb. Tensões internas surgiram, o que acabou ocasionando conflitos nos centros urbanos. O governante merínida perdeu ainda o apoio dos chefes religiosos. Todos estes fatores levaram a uma nova guerra civil no final do século XIV, que causou a derrocada da dinastia vigente. Mas Ibn Khaldun não chegou a viver tanto para ver tamanho caos.

Uma breve biografia sobre Ibn Khaldun

Ibn Khaldun nasceu na cidade de Túnis, em 1332. Mas sua família viveu muitos anos na cidade de Sevilha, na Espanha. Alguns biógrafos do autor alegam que ele não seja de família berbere, mas um árabe cuja família seria proveniente da região onde hoje fica o Iêmen. Sua família teria migrado para a Espanha, por toda a pompa que o califado omíada tinha.

Estes teriam forjado uma documentação de que teriam vindo de Bagdá, foragidos dos conflitos na cidade. Tal prática era bem comum, usada por famílias que desejavam obter vantagens diante do governante. Porém, não temos muitas informações a esse respeito e mesmo Clifford Geertz - que fez uma extensa pesquisa sobre o Islã no Marrocos - não obteve uma informação precisa. Contamos aqui apenas com a autobiografia de Khaldun:

Vi a luz em Túnis no primeiro dia do mês de Ramadan do ano 372 (27 de maio de 1332) e fui criado e educado sob as vistas do meu pai até a época de minha adolescência. Aprendi a ler o santo livro, tendo por mestre de escola Abu Allah Muhammad Ibn Nazal Al-Ansari, oriundo de Jalla, localidade da província de Valência, na Andaluzia, que fizera seus estudos com os primeiros mestres desta cidade e dos arredores, e sobrepujava a todos seus contemporâneos no conhecimento das diversas leituras corânicas. (...) (*Idem*, p. 491-492)

Khaldun teve uma educação privilegiada, mesmo para os padrões da época, pois o autor conseguiu viajar e estudar com professores de maior fama. Inicialmente, a educação tradicional era feita em casa: a criança aprendia determinados valores como respeito, ética e justiça com os próprios pais. Chegada certa idade (por volta dos 12 ou 13 anos), os pais buscavam um professor para continuar a educação ou enviava a criança para uma *madrasah*, uma escola muçulmana dedicada ao estudo das letras e do

Corão. As famílias mais abastadas preferiam mensageiros a um professor famoso, ou a enviar o próprio adolescente atrás do professor.

Ibn Khaldun aprendeu a interpretar o Corão e as *hadith*, jurisprudência, a língua árabe, matemática, lógica e filosofia. Em suma, uma educação completa para sua época. Seu professor, Al-Ansari, era muito famoso e chegou a ser responsável por ensinar diversos *cádis* (juizes) importantes do Magreb. O Islã valoriza muito essa formação acadêmica e mais eclética, haja vista intelectuais como Ibn Battutah e Al-Qalanissi, além do próprio Ibn Khaldun. Diferentemente da educação europeia, baseada no *trivium* e no *quadrivium* que valorizavam o estudo maior da aritmética, lógica e razão, a educação árabe abre o espectro de possibilidades de forma a preparar o aluno para um conhecimento mais global. Logicamente que a mera interpretação do Corão deixa a educação mais limitada no âmbito teológico, mas é preciso compreender que o estudo teológico europeu era ainda mais limitado, pois nem todos tinham acesso ao livro sagrado.

Conforme vimos anteriormente, os pais do autor morreram de peste bubônica assim como vários professores, incluindo Al-Ansari. Khaldun nos fornece um depoimento sobre o impacto da Peste Negra:

Desde minha mocidade, sempre me mostrei ávido de conhecimentos e me empenhei com grande zelo a freqüentar as escolas e os cursos das diversas disciplinas. Após a grande epidemia que arrebatou os nossos homens mais notáveis, nossos sábios, nossos professores e que me privou de meu pai e de minha mãe, assistia regularmente ao curso do professor Abu Abd Allah Al-Abelli, e depois de três anos de estudos sob sua direção, achei enfim que eu sabia alguma coisa. (Idem, p. 500)

Era uma sociedade que vivia um momento complicado de mudanças. E será nesse ambiente que Khaldun galgará seu caminho em direção a seus objetivos. Inicia sua carreira como uma espécie de escritor de documentos oficiais para o sultão Abu Ishaq. Sua função era a de autenticá-los, constituindo um início modesto, porém em uma carreira governamental. Entretanto, Ibn Khaldun se destacará em toda a sua carreira por ser um eterno insatisfeito. Ele cresceu nas funções que desempenhou ao longo de sua vida, mas frequentemente abandonará seu posto. Neste começo passará por cidades como Túnis, Biscra e Bijaia sendo que nestas duas últimas permanecerá muito pouco tempo. As três cidades representavam centros urbanos de pequeno e médio porte e o autor buscava um posto

em uma cidade grande, como as cosmopolitas cidades de Fez ou Marrakech; objetivo que irá conseguir em Fez, pouco tempo depois de sua estadia em Bijaia.

Khaldun foi admitido admitido na corte do merinida Abu Inan, na mesma função em que iniciara sua carreira. Ele era um jovem de 23 anos com uma carreira promissora e sua reputação o precedia.

Quando o sultão Abu Inan o chamou para perto de si, Ibn Tafraguin, que então era todo poderoso em Túnis, mandou me convidar para desempenhar o papel de escrivão da alma de seu soberano Abu Ischac. (...) Terminava de pagar o soldo da tropa e de organizar os diversos serviços da administração, quando me escolheu para substituir Ibn Omar, escrivão do parafo real, que acabava de destituir por ter exigido aumento de apontamentos. Desde então, escrevi o parafo em nome do sultão, isto é, traçava em grossas letras, sobre os decretos e cartas imperiais, as palavras: Louvado a Deus, gratidão a Deus, que se colocavam entre a basmala e o resto do texto! (*Idem*, p. 500)

Inconformado com sua posição na corte de Fez, o autor foi parte de uma conspiração contra o sultão no ano de 1357. Os motivos que o levaram a isto são obscuros, mas acredita-se que ele tenha se envolvido em uma grande conspiração planejada por uma facção rival de Abu Inan e que desejava colocar outro sultão no poder. A conspiração não foi bem sucedida e Khaldun pára na prisão em Fez durante dois anos. Ironicamente, Abu Inan morre um ano antes e o novo vizir solta Ibn Khaldun, pois desejava usá-lo como seu embaixador do outro lado do Mediterrâneo.

A corte de Granada retém Khaldun por um curto espaço de tempo, onde este age como consultor do emir Muhammad V. Khaldun é enviado para Castela para uma missão diplomática junto a Pedro, o Cruel, rei durante aquele período. Ele negocia um tratado de paz e a devolução de algumas fortalezas na costa do Mediterrâneo que haviam sido tomadas por Castela algumas décadas antes, e consegue negociar os termos com o rei de Castela e este se impressiona com a capacidade do tunisiano. O rei de Castela ressalta as capacidades e conhecimentos de Khaldun e o convida para assumir uma posição semelhante ao de um vizir em sua corte, mas Khaldun recusa, gentilmente, a oferta.

O motivo de sua recusa era simples: Al-Khatib. Este personagem é um importante *vizir* que fazia parte da corte de Muhammad V. Ibn Khaldun desejava ocupar justamente a posição de seu rival. Khaldun armou diversas

alianças e pactos de forma a retirar Al-Khatib do poder, mas nunca virá a realizar tal feito. O ferrenho rival legará uma importante obra, na qual escreverá uma história do reino de Granada, trabalho este que ainda hoje não foi traduzido do árabe.

Após passar alguns meses na corte de Granada, buscando alcançar seus objetivos e vendo seus esforços sendo em vão, Khaldun decide retornar para o Magreb. Por ter uma origem tunisiana e conhecer bem os povos do deserto, ele é convocado a atuar como mediador entre os chefes tribais das estepes e o sultão da cidade de Tlemcen, importante centro administrativo da região próxima às montanhas Atlas.

Esta função lhe fornece bons resultados e consegue alguns contatos que serão importantes mais tarde, quando ele decidir se isolar para escrever sua obra. À frente de um contingente considerável de homens, Khaldun consegue impor a ordem em Tlemcen, deixando o sultão satisfeito por seus préstimos. Mas, os seus planos sofrem um revés inesperado quando um sultão rival toma a cidade. Talvez a transição tivesse passado despercebida, se o autor não tivesse tido um choque de interesses com o novo sultão.

Neste momento, o autor descobre que seu antigo rival, Al-Khatib foi morto estrangulado na cidade de Fez. Khaldun vivia um momento turbulento onde passou por várias cidades, nunca permanecendo em uma por mais de um ano. O contato com os povos do deserto da comunidade dos Zauawida lhe rendeu uma oportunidade de se fixar em um local para terminar a sua obra. Buscou refúgio no castelo de Ibn Salama, na região da atual Argélia. Será lá que ele terminará o corpo da sua obra, a *Muqadimmah*.

(...) Comecei então a dar aulas públicas; mas o sultão, julgando necessário ganhar para sua causa os árabes Zauawida, escolheu-me para ser seu agente no meio deles. (...) Estabeleci-me em Calat Ibn Salama, castelo fortificado no país de Banu Toujin e que os Zauawida desfrutavam como icta, doado pelo sultão. Fiquei ali durante quatro anos, completamente livre de qualquer preocupação, longe das agitações da política, e foi ali que comecei a composição do meu trabalho (sobre História Universal). Neste retiro acabei os *Prolegômenos*, obra cujo plano é completamente original, e para cuja execução tinha tomado o melhor de uma massa enorme de material e informações. (*Idem*, p. 532)

Khaldun retorna a Túnis, por volta de 1378, e passa a atuar como um professor em uma *madrasah*. Em um determinado momento, o sultão o

convoca para atuar como *cádi* e voltam os seus problemas: Khaldun se choca com as famílias locais, e decide, então, realizar o *haji*, a peregrinação a *Meca* que todo muçulmano deve fazer uma vez na vida, em 1380.

Ao retornar de *Meca*, Khaldun é apresentado ao sultão da cidade do Cairo, e se mostra Khaldun se mostra maravilhado com a beleza da cidade egípcia, a qual ele chama de “a jóia do Islã”. Cairo representava o poderio máximo do povo muçulmano. O Egito vivia um raro momento de estabilidade, sob o regime de uma dinastia de origem mameluca. O sultão do Cairo fez de Khaldun um poderoso *cádi* na famosa escola de jurisprudência do Cairo. Para o autor, foi uma agradável surpresa e ele logo tratou de trazer sua família para junto de si. Infelizmente, uma fatalidade atrapalha seus planos: toda a sua família morre em um naufrágio no navio que os levava pela costa de Alexandria. Seu depoimento mostra o quanto isso o abalou.

Na mesma época um golpe cruel se abateu sobre mim: toda a minha família tinha se embarcado no porto do Magreb para se juntar a mim; mas o navio sossobrou numa tempestade e todos que iam nele pereceram. Assim, num só golpe, perdi para sempre riqueza, felicidade e filhos. Prostrado pelo infortúnio e pela desgraça, procurei consolação na oração, e houve um momento em que pensei demitir-me de meu cargo; mas, receoso de descontentar o sultão ouvi os conselhos da prudência, e continuei no posto. (...) (*Idem*, p. 543)

Khaldun ficou visivelmente afetado pela morte de sua família e pediu licença ao sultão para realizar uma segunda *haji*. Em luto por sua família, visitou *Meca* e também outros lugares sagrados como Hebron e Jerusalém. O autor saiu de seu cargo de *cádi* por algum tempo.

Quando retornou ao Cairo se viu envolvido na invasão mongol, comandada por Tamerlão. O sultão pediu o seu apoio para a defesa da cidade. Ibn Khaldun chegou a participar diretamente dos combates e foi em uma dessas oportunidades em que conheceu o próprio Tamerlão. O autor faz um breve comentário sobre as conversas que teve com o líder militar: para ele, Tamerlão tinha uma fantástica aura carismática que era capaz de envolver todos os homens sob sua liderança. Antes de morrer, ele foi testemunha da ascensão de uma dinastia mongol no Egito.

Passado o momento turbulento, Khaldun se muda para o Fayyum (ao sul do Cairo) onde busca um pouco de tranquilidade. Porém, é convocado novamente para assumir o cargo de *cádi*, em 1399. Apesar de sua grande experiência no cargo, viu-se às voltas em conflitos com chefes religiosos locais que questionavam sua autoridade. Estes chefes religiosos fizeram vá-

rias campanhas contra o tunisiano, que chegou a sofrer três tentativas de assassinato até a sua morte. Ele é eleito *cádi* por cinco vezes por conta desses conflitos: era destituído e restituído pouco tempo depois e assim sucessivamente. Khaldun falece de morte natural, em 1406, logo após ter sido eleito *cádi* pela sexta vez. Seu corpo está sepultado na cidade do Cairo, onde existe até uma estátua do autor em uma praça local.

O “modelo” de muçulmano perfeito

Até aqui pudemos ver um pouco da sociedade berbere e da sociedade andaluza. Existem diversas diferenças (mais do que semelhanças) no momento em que Khaldun escrevia sua obra. A partir de posturas religiosas e/ou políticas distintas percorreram caminhos diferentes.

A afirmação da identidade nessas duas regiões é muito forte. No caso do Magreb, isto se dá a partir de um forte vínculo entre os membros da sociedade. Em se tratando de uma sociedade nômade e segmentária era necessário comprovar a existência social dos membros daquela comunidade. Isso ocorria de tal maneira que estas comunidades é que eram reconhecidas como os verdadeiros administradores da região.

Já na Andaluzia, a disputa por uma identidade própria se deu, provavelmente, pelo fato de três religiões de caráter monoteísta terem existido simultaneamente na mesma região. Todas elas de ambições universalistas e com um baixo índice de tolerância entre elas (a exceção foi a vertente sunita islâmica, que surgiu na Andaluzia).

Existe, portanto, uma clara diferença entre o modelo religioso adotado na Andaluzia e o que foi adotado no Magreb. No islamismo, a religião é intimamente ligada à política. O núcleo do conflito entre berberes e andaluzes se situa nesta diferença.

Para facilitar nossa análise, vamos separar as idéias de Khaldun em blocos temáticos, de forma a elucidar melhor o *speculum* muçulmano: o líder ideal, a ética religiosa, a visão tida acerca dos cristãos e a *asabiya*.

O líder ideal

Um líder dentro de uma sociedade berbere possui funções específicas. Ele não é apenas aquele que chefia a comunidade, é aquele que leva o seu povo a um caminho de glórias. Sob o comando do líder, rivais podem ser vencidos, a sobrevivência das pessoas é garantida e as leis são obedecidas. Não existe dúvida a esse respeito sobre as populações do norte da África.

Em sua obra, Khaldun vai ressaltar algumas qualidades que ele julga fundamentais em um líder, como no trecho a seguir:

(...) Mahdi, na sua empresa, perdeu um grande número de combatentes que se tinham comprometido a morrer por sua causa, a merecer o favor de Deus e a sacrificar a vida ao triunfo e manutenção da doutrina almohada. Por isso, este sistema religioso levou os outros de vencida e subsistiu na Andaluzia e no Magreb às crenças das dinastias anteriores. (...) (*Idem*, p. 64)

Aí podemos ver a presença de um líder que defende os seus súditos. Possui uma figura austera e justa, além de defender os princípios da religião. Khaldun compara com os andaluzes e com os cristãos aos quais ele alega serem fracos e corruptos. Essa posição ficará ainda mais clara quando nos referirmos à Reconquista em si.

Em um plano geral, as comunidades berberes seguiam uma única tendência que era aquela tida como absoluta e seguida pela dinastia vigente. No entanto, em razão da distância entre os grandes centros e as comunidades (que ainda eram nômades, para agravar mais o quadro), a prática das determinações não era vista como via de regra. E, mais ainda: cada comunidade buscava sua própria identidade, pois é “(...) por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade. (...)” (SILVA, 2004, p. 91).

A Ética Muçulmana

A religião muçulmana é uma religião normativa. Interfere, diretamente, no cotidiano do homem comum, entra em suas casas, determinando dias e horários de oração, muito mais do que o cristianismo ou o judaísmo, o islamismo adentra no universo social (no *ethos*). O islamismo já tem isso como pré-requisito, mas ao chegar ao Magreb essa conotação ganhou uma complicação em seu papel. Dissemos anteriormente que era preciso uma religião forte para unir comunidades tão distantes entre si. Foi uma consciência de que havia a necessidade de uma religião que impusesse sanções a quem não obedecesse as suas normas.

Logicamente, não bastava que a religião se impusesse sobre os fiéis, era preciso que ela alcançasse seus corações. O cristianismo se manteve muito

alienado dos reais anseios dessas populações. Já o islamismo buscou assimilar e ser assimilado. As sanções impostas àqueles que não obedecessem eram as mesmas, mas o discurso era diferente. De acordo com Geertz:

(...) os símbolos religiosos funcionam para sintetizar o *ethos* de um povo – o tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos – e sua visão de mundo – o quadro que fazem do que são as coisas na sua simples atualidade, suas idéias mais abrangentes sobre ordem. Na crença e na prática religiosa, o *ethos* de um grupo torna-se intelectualmente razoável, porque demonstra representar um tipo de vida idealmente adaptado ao estado de coisas atual que a visão de mundo descreve, enquanto essa visão de mundo torna-se emocionalmente convincente por ser apresentada como uma imagem de um estado de coisas verdadeiro, especialmente bem-arrumado para acomodar tal tipo de vida. (...) (GEERTZ, 1989, p. 66-67)

No Magreb, o Corão mexeu no modo como o indivíduo compreendia seu mundo, oferecia uma proposta de salvação em troca do cumprimento de regras. Não houve conversão forçada na maior parte das regiões ou proibições de práticas antigas. Ao indivíduo comum ofereciam-se duas coisas: a possibilidade de fazer parte de uma imensa rede de trocas comerciais, que ia do Magreb até a China e a oportunidade do sentimento de pertencimento a um grande grupo de fiéis espalhados por toda a parte do Islã. Através da mensagem da *ummah*, o berbere sabia que mesmo com suas próprias tradições, tinha que realizar rituais que faziam parte de uma grande comunidade de devotos.

A questão da representação também é bem recorrente. Entendendo representação como uma forma de construção simbólica que se vincula a determinados fatores religiosos ou valores morais, o islamismo é ligeiramente diferente do cristianismo. Os símbolos cristãos são figuras de santos, símbolos representativos como a cruz. Já o islamismo constitui uma religião de caráter iconoclasta; seus aspectos figurativos são as escrituras sagradas. Todos estes componentes escritos são símbolos religiosos. Portanto, o devoto perfeito não deve jamais acreditar em qualquer imagem, mas naquilo que o Profeta disse. Sua palavra é sagrada, assim como sua escrita. "(...) Para os árabes, a religião constituía a única lei; o Profeta era de sua raça; as opiniões e ordenações do Profeta serviram para fixar-lhes as crenças, moderar-lhes a conduta e distingui-los dos outros povos. (...)" (KHALDUN, 1958, p. 405).

A religião era uma linha fiadora da realidade. Havia a necessidade de algo que unisse a comunidade e é por isso que isso irá se refletir na própria maneira de Khaldun expressar suas opiniões. Será recorrente o uso de palavras como “lei”, “raça”, “ordenações”, “conduta”. Esse é o *speculum* que Khaldun enxerga no berbere, o seguidor ideal do Islã. Entretanto, os governantes magrebinos jamais usaram o título de *califa*, preferindo o termo *emir*. Dessa forma, respeitavam as ordenações dos primeiros *califas*. É o que demonstra:

(...) Abd ul-Mumin, a quem legou o poder, tomou o título de Amir ul-Mumin e transmitiu-o aos descendentes. Conformavam-se neste modo de proceder, com o que o Mahdi, fundador da sua seita, tinha prescrito, e com sua própria convicção de que este personagem e seus sucessores eram os únicos que possuíam o direito ao exercício da autoridade suprema, desde que desaparecera o partido dos Coraix, sustentáculo do antigo califado. (*Idem*, p. 420-421)

Um credo mais estrito se desenvolveu o na região do Magreb. O que se buscou entre as populações berberes foi uma ortodoxia moral. Essa busca foi mais presente entre os almóadas e os merínidas. Almohad, fundador da dinastia almóada, alegava que apesar de todo o direcionamento moral dado por Yusuf I e seus sucessores ainda existia uma corrupção moral presente no meio social. Era preciso adotar uma postura mais rígida. Ibn Khaldun, tendo sido formado em uma escola de jurisprudência, acreditava piamente na aplicação da *sharia*. Mais do que isso: ele acreditava que a *sharia* apareceu no princípio dos tempos e que ela era inerente à história humana.

Claro que essa visão nem sempre gerou bons resultados. Os conflitos apareciam em alguns momentos, principalmente durante as guerras civis. Uma vida regrada gerava esse tipo de reação popular que via nos momentos de conflito interno um meio de transgredir as regras, mas, no geral, o governo era muito atuante.

(...) o islamismo marroquino veio ao longo dos séculos a incorporar uma marcada pressão rumo ao perfeccionismo religioso e moral, uma determinação persistente para estabelecer um credo purificado, canônico e completamente unificado numa situação superficialmente muito pouco promissora. (GEERTZ, 1989, p. 29)

A aplicação da *sharia* corretamente era um dever do governante. Este deveria fazê-la ser cumprida, seja pelo uso da devoção religiosa ou pela força de armas. Khaldun ressaltava as qualidades dos *emires* que se faziam obedecer e levavam sua população à correção e a um estado mais puro e ético. A população também tinha seu papel: ela deveria seguir as leis à risca, e cabia ao chefe policiar as ações de seu governante e fazer valer a *sharia* diretamente em suas comunidades. Essa era a retidão do costume berbere.

Os cristãos dentro do mundo muçulmano: tolerância ou rivalidade?

A diferença também nos leva a compreender a imagem que Khaldun formava do que ele considerava o *speculum* muçulmano. O respeito dado pelos berberes aos árabes sempre foi muito grande. Através de sua influência, o islamismo se difundiu no continente africano, as cidades do norte da África floresceram e o Magreb passava a fazer parte do imenso circuito de trocas que cobria o mundo muçulmano.

Contudo, é preciso salientar que o governo árabe que estava no poder na Península Ibérica era diferente daquele em Bagdá. Mediante conflitos internos em Damasco, antiga capital do mundo islâmico, o partido omíada que estava no poder, perde espaço para seus rivais abássidas. A partir desse golpe de Estado todos que apoiassem os omíadas deveriam ser perseguidos e mortos. Apenas o filho do *califa* Mansur II, Abd al-Rahman, conseguiu fugir com uma pequena parte da corte. Sua família foi completamente destruída.

Quando os omíadas se estabelecem em Toledo trazem consigo sua vertente do islamismo, que era sunita.³ A vertente sunita busca se aprimorar a partir do contato com outras culturas e até mesmo assimilar algumas de suas características. Até aí, a linha que prevaleceu no Magreb também o fez. O problema foi o fato de que as culturas que existiam na Península Ibérica eram a cristã e a judaica, as outras religiões do Livro. Isso não era aceito pelos berberes.

Os omíadas negavam também o poder de Bagdá. Abd al-Rahman III que vai governar em meados do século IX e se imbuirá do título de califa, criando assim dois califas no mundo islâmico, algo sem precedentes⁴. A partir desse momento, os povos berberes perderão o respeito que tinham

³ Os sunitas são os muçulmanos que seguem a *sunna* e negam o direito de poder aos descendentes de Ali, sobrinho de Maomé. Desenvolvem seu próprio método de escolha de um sucessor, a partir de um consenso entre as grandes famílias. Já os xiitas são seguidores de Ali. Este reivindica seu direito sucessório porque Maomé, ao morrer, não indicou nenhum sucessor e nem nenhuma maneira de escolher este sucessor.

⁴ No Egito, a dinastia fatimida só fará isso um século e meio depois.

por seus dirigentes. Apesar de ter ocorrido cinco séculos antes e os omíadas terem perdido o poder um século depois, o ressentimento permaneceu. Para Khaldun, os andaluzes eram arrogantes e prepotentes como ele mostra no trecho a seguir:

(...) De outro lado, nas regiões e países de Além-Mar, os Omaiya andaluzes lançavam anátemas contra os abássidas e declaravam-lhes guerra. É de se perguntar agora, como sucessos tamanhos teriam sido obtidos por homens que se atribuísssem falsamente uma origem nobre e empregassem a mentira para subir ao poder. (...) (KHALDUN, 1958, p. 50)

Vemos aqui uma ligeira tendência para a linha xiita do pensamento islâmico, tido pelo autor. Essa atribuição falsa a qual ele se refere é uma acusação feita pelos partidários de Ali. O primeiro governante omíada do império islâmico, Muawiyah, era filho do velho inimigo de Maomé, Abu Sufyan. Este perseguiu durante várias décadas Maomé e seus discípulos. Mas, quando o Profeta obtém o apoio da cidade de Medina, Sufyan fica sem respaldo para manter sua perseguição. Mesmo assim, a família de Sufyan continuava a ter grande influência em Medina. Isto se dava porque se constituíam de mercadores poderosos, cujo alcance era vasto. Entretanto, Uthman (o sexto califa) sentia que seu poder era ameaçado pelas elites locais e isso poderia acarretar em uma disputa pelo poder ocasionando uma desagregação de tudo o que havia sido conquistado. Dessa forma, Uthman buscou o apoio da família de Sufyan nomeando seu filho, Muawiyah, ao poder, em 644. A decisão, porém, não agradou a todos, já que até aquele momento o trono islâmico havia permanecido na família de Maomé. Muitos foram procurar Ali Ibn Abi Talib, primo do Profeta, para que buscassem uma solução para o governo e seu problema sucessório. Se naquele momento os *alidas* ou *xiitas* (partidários de Ali) perderam, os conflitos permaneceram ao longo da história muçulmana. No Magreb prevalecia uma tendência xiita que pregava a manutenção das tradições.

O islamismo andaluz foi se tornando cada vez mais filosófico, e sofreu influências do pensamento aristotélico e passou a questionar a própria existência de Allah. Quando isso ocorreu, juntamente com a crise teológica que se deu em todo o mundo muçulmano no século X, os sunitas buscaram a solução no sufismo, movimento ascético islâmico.

O califado omíada durou até o século XI, quando foi vítima de seus próprios problemas. Desagregou-se internamente e seu território foi divi-

dido em pequenos reinos administrados por chefes locais, alguns deles árabes e outros cristãos. Esses pequenos reinos eram conhecidos como *taifas* e buscavam a todo o momento englobar o território vizinho.

Essa descentralização acabou por facilitar a Reconquista Cristã. Tendo uma série de pequenos reinos ocupados em se enfrentar, os cristãos empreenderam campanhas vitoriosas que lhes renderam metade da Península Ibérica entre os anos de 1090 e 1130. Afonso VI, futuro soberano do reino de Castela, será o que melhor usará as rusgas das *taifas* contra eles mesmos. Será um especialista até em usar tropas muçulmanas contra os chefes árabes. Dessa forma, é que ele vai conquistar a importante cidade de Toledo, em 1089. Khaldun é um crítico em relação às *taifas*:

Na Andaluzia, a dinastia dos Omaiya sucumbiu logo que lhe faltou o apoio dos árabes, cujo devotamento tinha obtido à força. Os chefes das cidades e governadores de províncias se revoltaram, lançando por terra o espírito de obediência, e, acometendo contra o império, dividiram entre si seus membros esparsos. Cada um, na sua província, arrogou-se à autoridade suprema, tomando ares de soberano. Sabedores de como os chefes estrangeiros, que serviam os governos abássidas, se comportavam com os califas, usurparam os títulos e os emblemas da soberania, na certeza de que ninguém ousaria opor-se a suas pretensões ou repreendê-los por ambições tão desmedidas. (...) (KHALDUN, 1958, p. 274)

O autor entende que a Reconquista é culpa das falhas estruturais do governo omíada. A sua incapacidade de conter os conflitos internos foi a principal causa de sua queda. Em nenhum momento de sua obra, Khaldun fala dos sucessos nos combates que os cristãos tiveram. Em seu pensamento, os cristãos são bárbaros e ignorantes, incapazes de compreender a beleza do pensamento islâmico. Permitir que os cristãos habitassem terras pertencessem aos seguidores de Maomé era um pecado ainda maior.

Entretanto, o que mais despertou a ira berbere foi quando, após a tomada das cidades omíadas, os árabes andaluzes que permaneceram se tornaram submissos aos cristãos. Aceitaram tacitamente o domínio pagando tributos anuais a seus governantes. Não puderam mais construir mesquitas, tendo que se contentar em orar naquelas que restaram. E mesmo estas eram alvos de depredações e infâmias por parte de alguns grupos de cristãos mais radicais. Alguns muçulmanos chegaram a se converter ao cristianismo, para escapar das perseguições.

Ibn Khaldun fala em sua obra que isso é o que os andaluzes plantaram. O muçulmano perfeito é aquele que se mantém firme em suas convicções. Caso sua religião fosse blasfemada deveria defendê-la, mesmo que com o seu sangue. Abandonar a religião era um pecado ainda maior. O islamismo era a vida do berbere; sem ela, sua existência era vazia e sem sentido. A morte era mais adequada a alguém que abandonasse sua fé.

A importância da família e da vida em comunidade

Ao trabalharmos com Khaldun, é fundamental entender o conceito de *asabiya*. Esta é uma idéia que vai permear os três volumes de seus *Prolegômenos*, e certamente é a maior crítica que o autor faz à cultura andaluza. Segundo ele, os laços de fidelidade e parentesco são o que dão homogeneidade e unicidade a uma sociedade. Aquele que tivesse uma relação frágil estava destinado a cair no caos interno. Tal caso ocorreu nas *taifas* da Andaluzia: "(...) Porque, a Andaluzia de então não possuía mais o espírito de grupo e não era mais um país onde se pudesse acalentar esse espírito. (...)” (*Idem*, p. 274).

Portanto, o *speculum* muçulmano é alguém que valoriza a sua família e a sua comunidade. Ambas as instituições vem antes de todas as relações sociais. Sua importância é tão grande no Magreb que ela fornece a existência social a um indivíduo.

Dados os devidos cuidados de forma a não causar anacronismos, a *asabiya* é o equivalente de um espírito nacional, que representava a essência de um povo, materializada dentro de uma comunidade, e ligava-se, intrinsecamente, à *ummah*, ou seja, à idéia de um povo unido sob um ideal. A *ummah* e a *asabiya* mostravam que aquela sociedade não estava ali por acaso. Havia uma língua, costumes e uma religião que os ligavam.

A *asabiya* determinava a força de caráter do povo berbere. Esse povo manteve uma sociedade que se unia através de laços comunitários, justificados por uma idéia de *ummah* proveniente da própria pregação do Profeta. A idéia de sociedade unitária almóada e almorávida entrava em choque com a visão assimilacionista andaluza. Esse conjunto de condutas e normas formavam o *speculum* muçulmano. A perda dos laços da *asabiya* é outra causa da Reconquista Cristã, na visão de Khaldun. A partir do momento em que os andaluzes deram as costas para a família, deram as costas para o Profeta.

(...) Desde então, os laços de família afrouxaram entre eles, a ponto de deixarem perder o espírito nacional, única van-

ragem que existe nos laços de parentesco. As próprias tribos se extinguíram em seguida, e, com seu aniquilamento, desapareceu todo o espírito tribal. No entanto, ao contrário, as coisas ficaram como eram. (...) (*Idem*, p. 223)

Enfim, o que podemos dizer é que a crítica feita aos andaluzes ressalta as qualidades do povo berbere. As “transgressões” dos andaluzes inflamaram uma defesa de sua própria identidade. Isso se levamos em conta que esse *speculum* muçulmano pode ser um pouco exagerado. O autor toma como base uma postura igual de todos os membros da sociedade berbere. O detalhe é que, em se tratando de relações sociais, tudo é relativo.

Considerações Finais

Em algumas oportunidades um determinado tema de história nos parece alienígena e longe de nossa realidade. Ao nos referirmos a temporalidades muito distanciadas, isso se torna cada vez mais verdadeiro. Essa sensação de que estamos fugindo do mundo em que vivemos.

Árabes, berberes e cristãos na Idade Média representam um espaço de tempo de quase 1.000 anos. Mas o que vimos aqui neste trabalho é que isso não é tão verdadeiro como pensamos. Hoje, com a ascensão do fundamentalismo islâmico, o que vemos é um pouco desse ressentimento que permanece nos corações. O número de islâmicos de tendência xiita é muito grande e a crítica feita aos sunitas é certamente expressiva. As acusações permanecem as mesmas tendo mudado apenas a temporalidade.

Ressentimento é algo muito difícil de ser apagado. Quem, no século XI, imaginaria que um companheiro de religião atacaria outro no momento em que a religião rival procurava dominar a região? Não fazia nenhum sentido.

Na origem do ressentimento, tanto no indivíduo como no grupo social, encontramos sempre uma ferida, uma violência sofrida, uma afronta, um trauma. Aquele que se sente vítima não pode reagir, por impotência. Rumina sua vingança, que não pode executar e o atormenta sem trégua, até explodir. Mas essa expectativa pode igualmente ser acompanhada de uma desqualificação dos valores do opressor e de uma revalorização dos seus próprios e dos de sua comunidade, que até então não os defendera conscientemente. (...) (FERRO, 2009, p. 14)

O detalhe é que aqui não temos uma clara diferença entre opressor e oprimido. O que existe é uma relação de atrito, uma impossibilidade de existência próxima entre duas comunidades que iniciaram seu caminho de maneira próxima, mas que divergiram em algum lugar no tempo.

Nesta nova retomada de estudos sobre a península Ibérica é necessário tomar cuidado com o que se coloca a esse respeito: muitos historiadores não valorizam o papel do continente africano na Reconquista, analisando apenas o lado dos cristãos. Talvez seja fruto do colonialismo que foi muito forte nessa região que foi parte do império colonial francês. Coincidências à parte os maiores estudiosos da Reconquista são franceses. Até onde vai a pesquisa histórica e até onde vai o ressentimento? Na velha discussão sobre a função e parcialidade do historiador, somos assim tão ingênuos e inocentes?

Ibn Khaldun gerou uma série de bons estudos que mantive durante alguns anos, mas, ao fazer essa pesquisa, senti que o tema necessitava de novos ares. Como prognóstico para o futuro, almejo debruçar-me sobre contemporâneos do autor. É preciso comparar o estudo dele com algo. Ainda na questão da ingenuidade, certamente Ibn Khaldun não o foi. Como um homem de letras e viajante ele certamente deve ter se deparado com um trabalho de um Ibn Battuta ou de um Ibn Jobair estudiosos que eram também viajantes. Esse é o próximo passo.

Resta-me apenas dizer neste espaço que foi um trabalho que abriu meus olhos. A fixação pelo estudo da Europa atrai os medievalistas: maior número de fontes impressas, mais bibliografia sobre o tema, muitas pontas soltas. Sobre o continente africano existem ainda muitas dificuldades. Mas o historiador precisa ser também um desbravador: afinal não é por intermédio da história que recuperamos a memória? Acredito que este meu trabalho possa ter dado uma contribuição mesmo que pequena a esta vasta seara de estudos para quem sabe em um futuro próximo possamos ter mais historiadores pesquisando sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*. Lisboa: Edições 70, 1979.
BOUDON, R. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Dom Quixote, 1990.
BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

- BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II*, 2 vols. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1983.
- FERRO, M. *O Ressentimento na História*. Rio de Janeiro: Agi, 2009r.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GEERTZ, C.. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: TLC, 1989.
- GEERTZ, C. *Observando o Islã*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.
- HALL, S. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2007.
- KHALDUN, Ibn. (1958). *Os Prolegômenos ou Filosofia Social vol. 1*. Traduzido por José Khoury. Rio de Janeiro, Comercial Safady.
- LE GOFF, J. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVA, T. T. *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- TODOROV, T. *A Conquista da América*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.